



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XII - Nº 204 - 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 2000- R\$ 1,00

As greves das campanhas salariais acabaram em acordos de reposição. Os operários e outros trabalhadores engoliram o reajuste ditado pelo TRT e pelos conchavos dos patrões com a burocracia sindical. O caminho correto seria: Assembléias unitárias, comando de greve eleito nelas, pauta unificada e negociação conjunta. A unidade da burocracia só freia! A unidade pela base é que vence a luta!



Argentinos nas Ruas: A greve geral mostra que é possível lutar contra os planos do FMI e a burguesia submissa. A crise capitalista afetará o Brasil e o continente

**O POR argentino levanta a bandeira:
FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA!
ASSEMBLÉIAS E COMANDOS DE BASE
UNIDADE PARA QUEBRAR O CONTROLE
BUROCRÁTICO E VENCER A BURGUESIA E O FMI**

Novos governos do PT:

Secretários burgueses, de confiança dos capitalistas é que ficarão com o controle do dinheiro, e vão garantir o parasitismo

**Salário Mínimo de Fome é o que reservam governo, capitalistas e até a direção reformista para as massas
Assembléias nos sindicatos para lutar pelo
SALÁRIO MÍNIMO REAL**

Quinzena das Lutas Operárias

As campanhas salariais terminaram sem unificação

Como afirmamos no último Massas, a tendência colocada era a de que não ocorresse uma efetiva unificação das campanhas salariais que estavam em curso, e que a maioria dos acordos ficariam em torno dos 7% que a maioria da patronal já estava acenando.

Pois bem, mal havíamos comentado isto e já estavam negociando (tanto a Força Sindical, como a CUT), por fábrica. Houve uma greve importante nas montadoras. Mas as montadoras são uma parcela da categoria em número de operários. Tanto no sindicato de São Paulo como no do ABC é o setor mais organizado e portanto pôde parar com mais facilidade. Ocorre porém que as centrais se negaram a utilizar a greve nas montadoras para impulsionar uma greve geral das categorias em luta. Já negligenciaram anteriormente ao não unificar ao redor a greve do Banespa.

Mas a divisão não termina aí. Logo nos primeiros dias de mobilização, a Força Sindical já acenava com a possibilidade de aceitar as propostas patronais e sair da luta.

Conclusão: o setor das montadoras conseguiu 10% de reajuste, os outros setores metalúrgicos tiveram acordos entre 7% , 8,5% e 10%.

Quanto aos bancários, diante da excepcional luta dos companheiros do Banespa (que foram empurrados a luta sem o apoio da direção, esta queria apenas uma paralisação para pressionar os deputados a votar uma lei que daria o controle do Banespa novamente ao governo paulista) a direção sindical se negou a chamar os outros bancos para uma luta unificada em defesa do Banespa estatal, mais que isto, apesar das greves de bancários, que já vinham ocorrendo desde 24 de outubro em várias partes do país e que apontavam para uma greve bancária nacional, a direção fecha um acordo de reajuste salarial de 7,2%, que mal supera o índice de inflação oficial.

Vejamos as outras categorias. Os pe-

troleiros, através da FUP, aceitaram reposição de 7,8%; os papeleiros 7,5%, alimentícios 7%, gráficos de 8% a 8,5%, laticínios 7%, trabalhadores da indústria do cimento 7%, comerciários do estado 7,5%, papel e papelão 7,2%, mármore de Guarulhos 7%.

Privatização do Banespa

Como afirmávamos no Massas passado, sobre a luta que os funcionários do Banespa estavam realizando: "Esta é uma luta importante contra a privatização da estatal, mas a poucos dias do leilão de privatização a luta isolada dos banespianos é inócua. É necessário que os bancários em conjunto entrem em greve geral em defesa do Banespa e esta bandeira deve ser uma das principais da Campanha salarial." Foi tiro e queda a negação da direção em unificar a campanha salarial em torno da luta pelo Banespa e de propor que durante o que foi chamado de campanha unificada se colocasse este ponto como um dos principais, levou a um isolamento da greve. Mais do que isto a própria campanha contra a privatização do Banespa tinha como eixo pressionar os deputados a votar uma lei que daria o controle do Banespa novamente ao governo paulista e barrar via justiça a privatização.

O resultado foi trágico: a compra

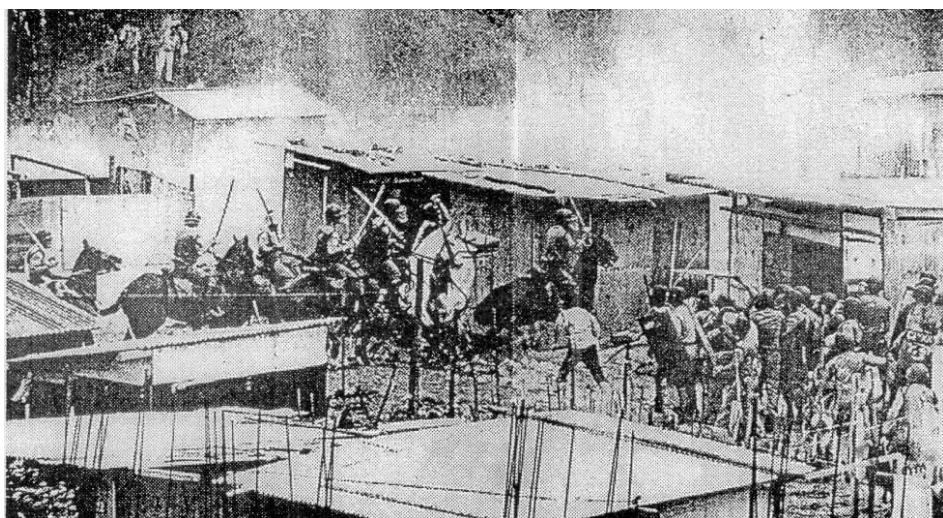
pelo Santander por R\$7,05 bilhões foi feita na data programada pelo governo, não adiantou em nada o caminhão de pedidos de liminares feitas, o que aliás só serviram para que picaretas como Quércio aparecessem para a vida política novamente.

Está colocado agora para os funcionários do Banespa uma nova luta contra as demissões e o fechamento de agências, é preciso superar as ilusões no parlamento e na justiça burguesa. Somente a luta dos trabalhadores, a ação direta das massas é que pode enfrentar a gana burguesa por espremer até o bagaço a força de trabalho e depois jogar fora o que sobrou.

Companheiros que Caíram na Luta

Em 11 dezembro de 1990, durante a desocupação da Vila Socialista (Diadema) pelas tropas do governo Quércio, com a anuência do prefeito petista José Augusto, caíram os companheiros Noraldino Lima e Milton Frazão, dois exemplos de companheiros que deram a vida pelo movimento.

Viva a luta dos sem-teto da Vila Socialista! Ocupar e Resistir! Se o capitalismo não pode manter seus escravos vivos, então que morra o capitalismo, mas que vivam os operários!



Vila Socialista: dez anos depois do massacre.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Salário Mínimo

Morre-se de fome com R\$70; R\$151; R\$180...

A palhaçada em torno do aumento do mínimo voltou ao palco. Já não se fala sequer em 100 dólares, mas em 180 Reais (cerca de 90 dólares). Mas esses números, sejam 100 dólares ou 180 Reais, mostram que a burguesia não tem como resolver minimamente a fome e miséria de milhões.

Não faltam argumentos de que 180 Reais já seriam suficientes para tirar da miséria absoluta 40 milhões de brasileiros, que vivem com 70 Reais. É que para os exploradores, seus políticos e economistas, que ganham acima de 10 mil por mês, receber 180 Reais seria sair do inferno da miséria.

O governo, que expressa o realismo capitalista, vai ao ponto: arrumem dinheiro que os 180 serão admitidos. Está dizendo que não aceita elevar os miseráveis 151 pagos aos mais de 10 milhões de aposentados para os miseráveis 180 Reais. O dinheiro que tem destina-se aos credores nacionais e internacionais, que sangram o Orçamento da União.

Como parte da encenação, lá foi a Força Sindical com sua marcha a Brasília. Contribuíram para os gastos usineiros, políticos etc., que incluíram até

massagista para os pés do Paulinho, apesar do Sindicato Metalúrgico ter muito dinheiro. Luiz Antonio Medeiros procurou parecer um pobretão (é um burocrata sindical que virou parlamentar do PFL, tendo o direito de comer caviar).

Os petistas (cutistas) permaneceram na mesma lenga-lenga, juntamente com Antonio Magalhães (PFL). Enfim, tudo não passa de uma farsa burguesa de “acabar com a miséria” com míseros 180.

Que os trabalhadores calculam em assembléia o salário mínimo

Quem deve dizer quanto os pobres e miseráveis precisam ganhar? Quem deve dizer o quanto é necessário para eliminar a pobreza da maioria? A burguesia ou os trabalhadores? Certamente os trabalhadores.

Para isso, que os sindicatos convoquem assembléias, onde os presentes mostrarão o quanto deve valer o salário mínimo. Em nossos cálculos, não menos que 1900 Reais, para uma família de 4 pessoas. Se houver um outro cálculo

mais realista, pois os reformistas e burocratas dizem que não somos realistas, então que se apresentem os cálculos e deixem que livremente os assalariados votem. Uma vez votado, pode-se organizar um movimento nacional pelo salário mínimo real e outras reivindicações das massas. Se não for assim, não há como combater a miséria. Esta é fruto da exploração capitalista.

É claro que, para os exploradores e seus agentes no movimento sindical, as necessidades vitais da maioria não são realistas. São incompatíveis com a exploração e com os lucros. O realismo das massas famintas não combina com o realismo dos capitalistas. Os burocratas sindicais e reformistas estão com o segundo realismo, pois comem nas mãos da burguesia.

Cabe aos trabalhadores levantarem os punhos contra os esfomeadores do povo. Fora com o salário mínimo de fome! Que os trabalhadores calculem quanto necessitam para saírem da miséria! Por um salário mínimo de 1900 Reais! Organizar a luta em todo país contra a fome!

Banespa

Porque a resistência dos bancários não derrotou o governo

Os trabalhadores do Banespa realizaram uma greve com paralisação de cerca de 90%. Entretanto, o movimento concluiu com um acordo derrotista. Não reverteu a privatização e não colocou obstáculo às demissões que virão. O acordo se resumiu em assegurar aos demitidos uma indenização de três meses de salário.

A fraqueza da luta é de responsabilidade da direção sindical. Eis as razões: 1) criou-se a ilusão de que poderia se impedir a privatização pela via judicial. Durante anos em que se planejava a privatização, o sindicato bateu nessa tecla; 2) a bandeira do sindicato não era contra a privatização, mas sim plebiscito para se consultar a população se queria ou não a privatização. Tratou-se de uma manobra política da direção sindical para manter o problema no quadro do parlamento burguês; 3) no momento em que Covas e FHC

negociaram a federalização do Banespa com via de preparação da privatização, a direção sindical não partiu para a luta, deixando de defender a bandeira de controle dos trabalhadores e não à privatização.

Há outros fatores, mas há um de caráter mais geral e decisivo. O sindicato dos bancários está dirigido por uma corrente do PT. Esse partido não assumiu a luta antiimperialista contra as privatizações. Sua oposição não passou de demagogia parlamentar. E sua real posição era de que não estava em geral contra as privatizações. Somente em alguns casos particulares, o PT não aceitava a privatização. Essa linha colocou o PT em posição colaboracionista, mesmo que indiretamente. Não por caso, a CUT não desenvolveu um movimento geral contra o entreguismo desestatizante.

O bancários quando saíam à luta, já

tinham a causa como perdida. A direção capituladora procurou levar a luta para o acordo que finalmente se chegou que é de assegurar algumas migalhas para os demitidos. Para se derrotar o governo vendilhão é necessário uma luta unificada da classe operária e demais oprimidos contra a totalidade do plano pró-imperialista do governo. Isso se faz por meio da luta de classes e não da hipocrisia parlamentar, típica do reformismo petista.

O capital financeiro internacional acabou tomando conta do Banespa. É mais um indicador que as privatizações conduzem à desnacionalização e o aumento do poder do imperialismo no interior da estrutura econômica do país. A classe operária terá de iniciar um verdadeiro movimento antiimperialista pela recuperação das estatais e pelo controle coletivo da produção.

PT pós eleições

Marta constitui um governo com velhos políticos da burguesia

Tomando por base a interferência da direção do PT na condução do governo de Luiza Erundina (PT-1989), Marta Suplicy se colocou pela “independência” para constituir seu secretariado. Desde logo, deixou claro que não aceitaria as pressões das diversas correntes internas. Enfatizou o pressuposto de que a vitória não foi exclusiva do PT. Portanto, sua administração deveria expressar as forças políticas que a apoiaram no 2

O encontro dos prefeitos petistas

A Conferência Nacional de Prefeitos do PT, entre 10 e 12 de novembro, objetivou traçar uma linha comum para as 187 prefeituras sob sua administração. A principal preocupação se concentrou na questão de como dirigir essas unidades do Estado nas condições orçamentárias precárias e submetidas à Lei de Responsabilidade Fiscal (uma das medidas impostas por FHC para os prefeitos e governadores se disciplinarem ao acordo com o FMI/BIRD). Outros aspectos foram: coalizão administrativa e corrupção. Quanto a esse último, o PT compareceu nas eleições como campeão da honestidade e transparência.

A recomendação aos prefeitos é de que todo cuidado é pouco, se não se quer comprometer o “projeto presidencial” para 2002. Ocorre que administrações petistas já foram acusadas por opositores de praticar nepotismo e outras falcaturas. Mas, como dissemos, não foi esse o ponto central da Conferência.

A reunião visou determinar aos prefeitos que realizem uma gestão de acordo à Lei de Responsabilidade Fiscal, mesmo que esta cause descontentamento nos petistas. De fato, aplicá-la significa aos prefeitos ficarem impossibilitados de exercerem a demagogia reformista pregada na campanha eleitoral.

O Secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul foi enfático: “Ajuste fiscal não é bandeira ideológica da direita, gente!” “Vamos deixar para nós mesmos a pecha de quebradores da máquina pública?” (O Estado de São Paulo, 13/11). O impasse dos reformistas está em que o PT não conta com um abundante orçamento para cumprir parte de suas promessas e ainda tem de agir contra os explorados. Ocorre que o PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas por sua política pró-capitalista está obrigado a aplicá-la.

João Paulo, eleito prefeito de Recife, concluiu que foi um erro o voto contrário a essa Lei, uma vez que esta pode ser a salvação dos prefeitos, que poderão desfraldá-la no momento em que os trabalhadores partirem para as reivindicações. Poderão dizer: nada podemos fazer porque a prefeitura está quebrada e temos de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O economista Amir Khair (PT) previu que os sindicalistas pressionarão e que os prefeitos nada poderão fazer senão aumentar a receita. Lançou mão dessa Lei: “O PT vai pegar um herança terrível para administrar na maioria das cidades e, se não houvesse essa lei, a coisa seria pior”. Está aí a lei de FHC/FMI como amparo aos reformistas, que há pouco tempo se entusiasmaram

com um plebiscito sobre a auditoria das dívidas interna e externa. E que agora sequer a mencionam quando têm em suas mãos as prefeituras quebradas.

A idéia de Khair se sustenta na mais vulgar contabilidade. Recomenda aumentar as receitas. E como os prefeitos farão isso? A mais vulgar contabilidade prevê aumento de impostos e cortes de gastos. O governador petista do Mato Grosso do Sul, representado na Conferência pelo secretário Paulo Bernardo, trouxe em sua bagagem a valiosa experiência do “modo petista de governar”, que tem deixado Pedro Malan (Ministro da Fazenda de FHC), contente de ver que esse modo está de acordo com seu.

O modo petista de governar do Zeca do PT se resume: a) cobrança de 13% de contribuição previdenciária dos servidores públicos; b) pretensão de taxar com o mesmo percentual os servidores aposentados; c) demissão de funcionários públicos; d) programa de demissão incentivada; e) disponibilidade de funcionários, com redução salarial; f) extinção de estatais.

Como se vê, o PT aplica integralmente a receita do Plano ditado pelo FMI. A ousadia do governador petista chegou ao ponto de que este elaborou uma cartilha sobre seu Plano para servir de base à Conferência dos Prefeitos. Mas antes presenteou com um exemplar o Presidente da República e o chefe do PFL, Antônio Carlos Magalhães. É que o sucesso de sua “reforma administrativa” se deveu ao apoio do PSDB.

O Zeca do PT não passa de um brinquedo do governo federal, que por sua vez é um brinquedo da burguesia imperialista. O orgulhoso método petista de governar se reduziu às fórmulas mais simples da burguesia empobrecer os Estados e municípios (e todo o país) pagando os banqueiros usurários e sacrificando mais ainda a vida da população empobrecida.

A posição de não governar sozinho e estabelecer coligações corresponde a essa política de subserviência.

O reformismo é contra-revolucionário

Temos insistido na impossibilidade de uma política reformista a favor dos explorados. Isso porque o capitalismo se encontra na fase imperialista e, portanto, de desintegração mundial. As semicolônias - o Brasil é um país semicolonial - não podem deixar de expressar a desintegração e ainda são o elo mais fraco.

A função do reformismo não é de progredir as reivindicações da classe operária e camponeses pobres mas sim de bloquear a luta de classes. Para chegar ao poder do

Estado, está obrigado a se constituir em uma força política ligada ao grande capital. É um grave erro considerá-lo progressista, como fazem as correntes de esquerda internas ao PT (O Trabalho etc) e as externas, como o PSTU. O apoio eleitoral dado ao reformismo (lembramos que PSTU e PCO têm chamado o voto no PT nas presidenciais) significa não reconhecer que este se encontra numa posição contra-revolucionária.

Quanto mais os reformistas ganham terreno no aparato do Estado, cumprindo a tese de “ocupar espaços”, mais revelam sua política pró-capitalista e mais assimilam as pressões das diretrizes pró-imperialistas. A aplicação da reforma administrativa, a incapacidade do reformismo de combater o Plano neoliberal, a ida de Marta ao Departamento de Estado norte-americano etc comprovam o quanto os reformistas se aproximaram da linha pró-imperialista.

Ocorre que o reformismo, ao se constituir numa força de sustentação do capitalismo decadente, está obrigado se transformar em pró-imperialista. Se esta tendência não se completou, irá se completar. É fato indiscutível que o PT está profundamente integrado aos interesses capitalistas.

Chamado aos trabalhadores e à militância classista

O Partido Operário Revolucionário tem se constituído em oposição frontal ao reformismo. Por isso, temos combatido o centrismo esquerdista (PSTU, PCO etc) por darem apoio eleitoral ao PT. Os fatos têm nos dado razão. Não se pode construir um partido revolucionário obscurecendo a função contra-revolucionária do reformismo.

É claro que as massas oprimidas terão de superar suas ilusões no PT. Para que se separem do reformismo sem retornarem aos velhos partidos da burguesia, é necessário que a vanguarda consciente (marxista) consiga constituir o Partido Revolucionário. Isto é, o programa da revolução e ditadura proletárias.

Faz parte dessa construção a luta contra os fundamentos reformistas de colaboração de classe. Na atualidade, o PT se apresenta como arregimentador das massas por detrás do objetivo estratégico de fortalecer o Estado capitalista. Qualquer frente com o reformismo, nessas condições, o fortalece como partido contra-revolucionário, obstáculo ao avanço da luta da maioria nacional oprimida contra a minoria exploradora e entreguista.

O POR chama os trabalhadores e a militância classista a rechaçarem o colaboracionismo reformista e a fortalecer a construção do partido marxista-leninista-trotskyista.

Ou o MST se adapta ao PT ou terá problemas

O crescimento da influência do PT nas prefeituras e seu objetivo de se tornar governo federal se chocam com o método das ocupações de terra, de prédios públicos e bloqueios do MST. Que fique bem claro: é o método e não o programa do MST de obter a “reforma agrária” pela via dos assentamentos e sob a proteção do Estado burguês.

Diferentemente de sindicatos que se burocratizam e são afastados do controle das bases, dificultando o método da ação direta, o MST é um movimento que, para sobreviver, está obrigado a constantemente ocupar terras e se mobilizar para arrumar financiamentos para os assentados. Não é possível manter em acampamentos paupérrimos centenas de trabalhadores à espera de que o governo mostre boa vontade. Somente as ocupações obrigam o comitê político da burguesia (isto é o Estado) a desapropriar fazendas e assentar. Mesmo assim, depois de muito confronto, repressão, assassinatos, e de forma limitada. (Neste exato momento, no Paraná e no Pará, foram assassinados dois líderes dos camponeses).

Mas por que é bom compreender essas características? Porque o PT tem por objetivo amortecer e disciplinar o movimento camponês, que assume atitudes revolucionárias quando ocupa os latifúndios, ainda que sejam considerados “improdutivos” etc. Não é incomum se ouvir de líderes do PT críticas aos “excessos” do MST. Marta Suplicy, por

exemplo, pressionada pelos porta-vozes da burguesia, foi explícita em condenar os tais dos “excessos”. Ocorre que o reformismo parlamentar e eleitoreiro tem horror à luta de classes, principalmente quando projeta formas revolucionárias, ou seja, que atingem a propriedade privada dos meios de produção (ocupação de fábrica, de terras, bloqueios de estrada etc.).

Diferentemente, o reformismo do MST se traduz em forma de luta direta e de massa. É nesse sentido que vem se instaurando conflitos entre o PT e o MST. Na Conferência dos Prefeitos, um dos temas foi o de como lidar com os movimentos sociais. José Dirceu declarou: *“Vamos abrir uma agenda de discussão com o MST, que vive um momento difícil, de cerco do governo e de dificuldades com a opinião pública”*.

Temos insistido que o PT necessita ganhar apoio dos capitalistas para chegar ao governo da União. Não nos parece falsa a seguinte conclusão da imprensa burguesa: *“Na agenda do PT, para tentar chegar ao poder em 2002, está uma tentativa de tirar a pecha de radical de movimentos sociais, especialmente o MST (...).”* (Folha SP)

A avaliação de Dirceu de que o MST enfrenta um cerco do governo é importante, mas a de que passa dificuldade com a opinião pública não tem sentido, a não ser para justificar o cer-

co que o PT quer fazer ao MST, para que sua direção amortize a luta de classes no campo, arrefecendo as ocupações.

Se os camponeses continuarem sob a influência desse partido vendido, terão seu movimento estrangulado. O cerco do governo mostra que a luta camponesa está no caminho certo quanto ao método de luta e ao combate à burguesia latifundiária. A opinião pública é construída pelo governo e pela burguesia. Os intelectuais de esquerda acompanham os sem-terra até o ponto de considerá-los injustiçados e desamparados. Mas quando tomam em suas mãos o combate direto à opressão e questionam o governo dos capitalistas, logo viram a casaca. O mesmo ocorre com parcela da pequena burguesia urbana.

Os explorados não podem se guiar por esse tipo de “opinião pública”. Devem se guiar por seus objetivos e método de luta, doa a quem doer. Caso contrário, será castrado. É o que pretende o PT, tão sensível “à opinião pública” da burguesia e da pequena burguesia que decidem sua sorte eleitoral.

O POR levanta a bandeira de aliança operário e camponesa para avançar as ocupações e impor à burguesia as necessidades dos oprimidos.

Rondônia

Curso sobre O Estado e a Revolução

Em Rondônia, o POR continua os estudos revolucionários sobre o livro de Lenin “O Estado e a Revolução”. Trata-se de uma obra fundamental do marxismo. Nenhum militante pode alcançar o socialismo científico de Marx e Engels e trabalhar pela construção do Partido Revolucionário sem conhecer a fundo a teoria marxista do Estado.

Lenin faz uma rigorosa exposição das conclusões históricas e políticas de Marx e Engels sobre o Estado burguês. Demonstra a necessidade de sua destruição através da revolução violenta (luta de classes). Para isso, o partido tem de ter como guia programático a estratégia da ditadura do proletariado, tão renegada e deformada pelos reformistas, centristas e esquerdistas inconsequentes.

O regional do POR em Rondônia convida a vanguarda a participar do estudo da obra de Lenin com o objetivo de formar o partido.



O ESTADO E A REVOLUÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS (1871). ANÁLISE DE MARX

Lenin no 3º capítulo de sua obra: “O Estado e a Revolução”, fala que Marx e Engels, ao tratar sobre a Comuna de Paris, afirmam que esta se constituiu numa rica e importante experiência histórica, capaz de oferecer para a construção do partido mundial da revolução, lições táticas, que submetem à prova a sua teoria.

Foi em virtude destas lições, que o último prefácio de 24 de junho de 1872, da obra de Marx e Engels: “O Manifesto Comunista”, baseia-se nesta experiência, reconhecendo que o Manifesto havia envelhecido em alguns pontos, e diz ainda, que a “Comuna, especialmente, demonstrou que não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”, mas que é necessário destruí-la.

Para discutir estes e outros importantes aspectos expostos nesta importante obra orientadora da luta revolucionária, estamos lhes convidando para participar dos nossos cursos de formação política, todos os domingos na escola Duque de Caxias vizinho à Escola Carmela Dutra, até o último domingo de novembro, às 17 horas.

Favelas crescem, enquanto os ricos ficam mais ricos

O Anuário Estatístico da cidade do Rio de Janeiro, recém-lançado, indica que a população favelada cresceu 7,93%, no prazo de 5 anos (1991 a 1996), enquanto que o crescimento geral da população foi de 1,29%. Assim, os trabalhadores favelados passaram a 17% em 1996, sendo que em 1991 constituíam 15%. O aumento de 514,7% de favelados em relação ao aumento da população geral da cidade do Rio demonstra que um número cada vez maior de trabalhadores são jogados na miséria e que a quase totalidade das novas gerações de favelados não puderam sair dessa condição.

A habitação reflete o grau de pobreza das massas trabalhadoras. As favelas espelham o quanto o capitalismo impõe uma sobrevivência subhumana. Os baixos salários, desemprego e subemprego impõem a milhões uma existência bárbara.

O indicador de crescimento da população favelada não traz nada de novo. A tendência do capitalismo é de aumentar a taxa de exploração do trabalho e o exército de desempregados. O favelamento segue essa tendência, pois é apenas consequência. Não é por acaso que os indicadores de concentração de riqueza nas mãos da minoria (10% da população brasileira ficam com mais de 50% de toda riqueza) se conservam e, mais ainda, crescem.

O sistema capitalista de produção e distribuição se caracteriza por produzir tanta riqueza quanto pobreza. Riqueza em excesso para a burguesia, vasta miséria para as massas. Essas constatações também não têm nada de novo. Os criadores do socialismo científico, Marx e Engels, já as haviam demonstrado na segunda metade do século 19. Basta que se leia *A situação*

da classe operária na Inglaterra, de Engels, para se ver que nossas favelas atuais foram criadas na fase inicial do capitalismo, ou seja, na Inglaterra, berço do capitalismo.

De lá para cá, os países de capitalismo adiantado “melhoraram” a situação habitacional da classe operária, mas às custas do saque dos países atrasados (semicolônias) e da exploração generalizada da classe operária mundial. Mesmo assim, os cortiços e os bairros pobres não foram eliminados nestes países imperialistas. A mais poderosa potência, os Estados Unidos, ostenta essa realidade à vista do mundo. O que também comprova que a tendência ao empobrecimento dos assalariados é uma lei geral do sistema de exploração e acumulação de capital.

As gigantescas favelas na maioria das grandes cidades brasileiras expressam tanto o atraso econômico e social do País quanto sua condição de país semicolonial (saqueado pelo imperialismo). As massas carregam em seus ombros o fardo da burguesia brasileira e da burguesia imperialista, por isso é correto dizer que são duplamente exploradas.

O crescimento da pobreza dos explorados é inerente ao funcionamento do capitalismo; a política econômica do governo, no entanto, influencia no curso dos acontecimentos. A submissão do país ao saque imperialista define a política do governo de ataque frontal à vida das massas. A destruição sistemática de conquistas sociais, cortes em postos de trabalho, imposição de um regime salarial arrochante etc. atendem às necessidades do grande capital, que trava o desenvolvimento das

forças produtivas.

A burguesia interna e seu governo submetem a economia e a força de trabalho aos interesses da burguesia financeira e monopolista internacional. Essa conduta mostra o quanto o capitalismo forma uma rígida unidade mundial, regida pelo desenvolvimento desigual (a minoria detém o poder sobre as forças produtivas mundiais, enquanto a maioria das nações lhes são fonte de acumulação).

Está aí por que a burguesia brasileira não pode conceder sequer migalhas, distribuir um pouquinho das riquezas altamente concentradas, como pretendem os reformistas e estalinistas (PT/PCdoB). Pelo contrário, está obrigada a intensificar a lei de exploração e concentração, a lei da criação de riqueza e da miséria.

Os dados do Anuário do Rio de Janeiro expõem com absoluta clareza a necessidade do proletariado e das massas populares se levantarem contra a burguesia. Não para rogar-lhe compaixão, humanidade, como fazem os burocratas e reformistas da direção da CUT e o PT. Mas para pôr abaixo a burguesia entreguista, para expulsar o imperialismo, impor a independência do país sob um governo revolucionário (operário e camponês).

As reivindicações básicas, como salário, emprego, moradia, educação e saúde são apenas ponto de partida para marchar contra o poder capitalista. Somente com a tomada do poder pelo proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida, será possível colocar a economia a serviço do povo e, portanto, da erradicação das chagas sociais, das quais as favelas são parte.

Apeoesp

Eleições para o Conselho de Representantes

Vote nos professores defensores do ensino público e gratuito em todos os níveis, por melhores condições de trabalho, por reajuste salarial imediato e pelo fim da reforma privatista do governo/Banco Mundial

Dia 6 de dezembro haverá eleições para o Conselho de Representantes (CR). O Conselho tem sido burocratizado pela diretoria da Apeoesp. A maioria é manipulada pela diretoria (Articulação). Por isso nada que é aprovado nas regiões e que contraria as posições da diretoria é aprovado nas reuniões do Conselho Estadual. Hoje o Conselho não decide os rumos de nossa luta. As propostas já vêm prontas (a diretoria decide) e o Conselho somente referenda. O resultado disso todos já conhecem: 1) A municipalização foi imposta sem resistência coletiva da Apeoesp. A política da diretoria é de atos por município e de participação nos conselhos gestores do Fundef. Foi um fracasso; 2) O Plano de Carreira foi aprovado em função do método de pressão aos deputados. A diretoria sempre defendeu que para derrotar o Plano de Carreira era preciso convencer os deputados a modificar o voto. O resultado: perdemos nossas conquistas históricas; 3) O fim da previdência pública e estatal. A diretoria defendeu o método das caravanas à Brasília. O resultado: os professores ficaram nas escolas e as caravanas (muitas semanais) não convenceram nenhum parlamentar a modificar o voto em favor dos trabalhadores. Isso porque o deputado vota de acordo com o governo. O resultado: perdemos a aposentadoria especial; 4) A reforma do ensino médio vem sendo preparada há meses pelo governo. A diretoria volta com a mesma história de convencer deputados, governo e a secretaria da educação dos males dessa reforma. O governo já sabe de antemão que basta ficar enrolando para que a diretoria enrole os professores para não enfrentar com os métodos da ação direta a reforma privatista da educação; 5) Com o salário acontece o mesmo. A diretoria pede pouco

(piso de 5 salários mínimos) e o governo nem bola dá. O resultado é que estamos sem reajuste há 6 anos.

Como se vê, a diretoria usa o Conselho de Representantes (porque a maioria é da Articulação) para referendar essa política contrária aos interesses dos professores e alunos. Na verdade, essas posições só têm favorecido o governo. Imagine agora em que o PSDB (Covas) apoiou o PT (eleição da Marta). Alguém acredita que a diretoria (política do PT) vai enfrentar Covas para arrancar as reivindicações do magistério? A diretoria usará o Conselho de Representantes para dizer que as propostas de não-enfrentamento são aprovadas “democraticamente” no conselho.

Qual foi a política da Articulação nesse último Congresso?

A diretoria convidou os iluminados para fazer palestras aos delegados. Todos os convidados defendiam a mesma posição da direção do sindicato. Então, na verdade, eram os defensores das propostas da Articulação. Ou seja, a linha “propositiva”, de ser uma alternativa à reforma privatista neoliberal do governo. Nada de organizar os professores e alunos para combater a reforma do ensino médio. Nada de defender a escola pública e gratuita em todos os níveis para toda a população. Nada de convocar assembleia para decidir os rumos do movimento. Nada de preparar a classe para a luta contra a privatização da Previdência pública. As propostas eram de pressão aos deputados, caravanas, negociação (só a diretoria) com a secretaria da educação etc. Ou seja, a velha cartilha dos burocratas sindicais.

Nesse congresso, defendeu que o

mesmo fosse feito a cada três anos. Isso para não ter de enfrentar os descontentamentos de um setor da categoria. Porém, a Oposição se opôs e defendeu congressos anuais para decidir os rumos da luta. Defendeu o fim desses congressos organizados pela diretoria em hotéis e regados de luxo e mordomias (uma das formas para encabrestar e corromper uma parte dos delegados). Foi enfática em dizer que o Congresso só tem sentido se for para organizar os professores para enfrentar o governo, responsável pela destruição da escola pública, do emprego e do salário. Por surpresa da diretoria, essa proposta foi vencedora. Porém, a diretoria passou a boicotar as plenárias do Congresso. Cancelou a continuidade da plenária sindical. Isso porque um setor da Oposição estava decidido a lutar pelo vínculo da diretoria com a sala de aula (todos devem dar aula). Membros da diretoria que não dão aula há quase 20 anos. Como defender as reivindicações da classe se não está presente no local de trabalho e sente na pele as condições desse trabalho, salário e emprego? Hoje o que temos é uma direção totalmente burocratizada. Como teme o descontentamento dos professores, a diretoria procura fazer do sindicato um órgão assistencialista para agradar um setor de nossa categoria. Para isso, se empenha com os planos de saúde privados, com a compra de colônias e clube de campo e agora com a promessa das cooperativas habitacionais (outras formas de encabrestar). Isso passou ser prioridade, como faz todo burocrata que não quer perder as mordomias de ficar no aparelho sindical.

Ainda nesse Congresso, a Oposição conseguiu aprovar a proporcionalidade para a composição da direção da Apeoesp. Trata-se de um dos aspectos da de-

mocracia sindical. Uma direção composta proporcional ao número de votos obtidos nas eleições. A diretoria foi contra porque é mais fácil se manter no aparelho sendo monolítica. Mas, certamente, a diretoria fará de tudo para eliminar a proporcionalidade no próximo congresso (ano de 2001).

Como se vê, se de um lado o congresso ainda votou a linha política conciliadora da diretoria da Apeoesp, de outro, avançou na aprovação de dois pontos da democracia sindical. É necessário que os professores rechacem a linha de colaboração do sindicato com o governo e aprofunde a luta em defesa da democracia sindical.

A política da diretoria está em oposição à função do sindicato, que é de fazer a resistência coletiva contra a política governamental. Ao invés de usar toda a força da classe para arrancar as reivindicações, a diretoria usa o dinheiro do sindicato (que é uma fábula) para os congressos luxuosos, para pagar os conselheiros e outras medidas. Contrária, assim, o princípio elementar do sindicato que é ser instrumento de organização e luta contra o governo e a burguesia, responsáveis por toda sorte de exploração. O sindicalismo da diretoria não é novo, não representa novas formas de luta (como diz), mas sim o retrato do velho peleguismo.

Ceará Mirim (RN)

Só a mobilização popular unitária pode exigir que o prefeito pague os salários

O Fórum contra a opressão social e política de Ceará Mirim convocou um ato dos educadores, garis e funcionários da saúde para exigir que o prefeito pague os salários.

Os trabalhadores acompanhados pela população marcharam até a prefeitura e exigiram que o prefeito recebesse a comissão constituída pelos três setores. Este se recusou. Os manifestantes então mantiveram o prefeito cercado. Para sair, foi obrigado a requisitar a força policial. Mesmo protegido, os manifestantes mantiveram o cerco, confrontando-se com a repressão.

O movimento caminha por levantar a bandeira de controle da prefeitura

Na subseção da Apeoesp é preciso derrotar a linha da Articulação

A Articulação montou uma chapa com vários professores da região. Alguns farão parte iludidos com as promessas da cooperativa. Outros pelas promessas de planos de saúde e lazer. Outros, pela implantação dos conselheiros liberados (aqueles que recebem para prestar serviços na subseção). E, outros, atraídos pelo discurso da Articulação contra as correntes políticas, particularmente contra a Corrente Proletária na Educação e grupos de oposição. Chamamos a atenção de alguns desses companheiros a não se embocarem com a política da Articulação, porque esta nada tem a ver com os interesses dos professores.

Eleger um grupo de conselheiros verdadeiramente lutadores

Estamos chamando os professores a votarem naqueles que lutam por:

- Pela escola pública, gratuita, laica, autônoma e vinculada à produção social;
- Pela estatização de todo sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores;
- Pelo fim da reforma privatista da

educação: municipalização e reforma do ensino médio;

- Pelo salário mínimo vital (piso salarial) que dê para sustentar uma família de 4 pessoas. Em nossos cálculos esse salário deve ser de 1900,00.
- Redução da jornada de trabalho, sem redução do salário;
- Emprego a todos os professores;
- Abertura de escolas e salas de aulas;
- Pelas soberania das assembleias estaduais;
- Pela redução do valor de desconto da Apeoesp. Defendemos que esse valor seja de uma hora-aula;
- Pelo fim do conselheiro liberado;
- Pelo vínculo da diretoria com a sala de aula;
- Por um congresso de professores que sirva para preparar a luta contra os governos destruidores da escola pública;
- Pela proporcionalidade em todos os cargos de direção no sindicato;
- Pela unidade dos professores, alunos, pais e demais trabalhadores contra a reforma neoliberal em seu conjunto;
- Pela defesa do método da ação direta (greves, manifestações etc) como a forma para derrotar o governo e sua política neoliberal.

pela população. E manutenção da assembleia popular que deve tomar em suas mãos o problema do atraso de salário. Se o administrador burguês já não consegue pagar os funcionários que se retire e deixe para a população resolver a questão.

A falência dos municípios

O atraso dos salários não diz respeito apenas a Ceará Mirim. Outros municípios, como Extremoz, Maxaranguape, se encontram na mesma situação. Todos estão falidos. Trata-se da falência do capitalismo. Mas os burgueses continuam ricos. E quem

paga a falência são os trabalhadores e a população que depende da educação, limpeza e saúde públicas.

Em todos esses municípios têm se constituído as assembleias populares. Graças à luta direta, os trabalhadores têm obrigado os prefeitos a pagarem parte dos salários. Se não fosse assim, a miséria seria maior. Entretanto, não se pode contentar com esse mínimo. É necessário mobilizar mais amplamente a população com a bandeira "Abaixo os prefeitos" que não pagam os trabalhadores e controle popular do município através das assembleias e de constituição de um conselho assentado nessas assembleias.

Eleições na Letras/USP

Nos dias 22 e 23 de novembro, os alunos da Letras/USP e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP foram às urnas para escolher as suas diretorias e seus representantes discentes (RDs) junto aos órgãos colegiados da faculdade.

Na Letras, concorreram 4 chapas: *Xa-pa-sã* (chapa culturalista e “apartidária”), *Na Letra da Luta* (formada pela Corrente Proletária na Educação e independentes), *Unidade na Diversidade* (encabeçada pelo PSTU e com apoio da Força Socialista, DS e independentes), e *Oposição* (AJR/PCO). Para RD, concorreram “2001 - Ocuparemos nosso Espaço”, *Na Letra da Luta* e *Contra RD, por uma verdadeira representação dos estudantes* (AJR/PCO).

Os resultados foram:

Letras	Xa-pa-sã	Na Letra da Luta	Unidade na Diversidade	Oposição
Votos	84	166	178	86

Na eleição de RD, na Letras o resultado foi:

Letras	2001	Contra RD	Na Letra da Luta
Votos	118	76	257

e na FFLCH o total foi:

FFLCH	2001	Contra RD	Na Letra da Luta
Votos	565	168	315

O avanço da posição programática e o retrocesso do reformismo e do gangsterismo

A chapa Na Letra da Luta, que se inscreveu a partir do programa, divulgado um mês antes da eleição e ao redor do qual reuniu dezenas de apoiadores e constituiu uma chapa, teve um crescimento de 25% para 33% dos votos no centro acadêmico, e teve mais de 50% dos votos para RD. Trata-se de uma votação em um programa (divulgado no Massas 203) que defendeu claramente as posições revolucionárias (pela revolução e pelo socialismo, apoio aos movimentos operário, popular e camponês, abaixo as reformas educacionais de Covas/FHC, pela democracia direta, pela assembleia universitária e poder estudantil, pelo ensino público gratuito, laico, único e vinculado à produção social, estatização das escolas particulares, defesa radical do curso de Letras (fim do ranqueamento e contratação imediata de todos os professores necessários) etc.). Uma votação na prática ao redor desses princípios, na campanha pela contratação de professores, na greve das universidades paulistas, no VI Congresso dos Estudantes da USP e na luta pelo controle estudantil das eleições de RDs. Trata-se de

avançar na organização dos estudantes ao redor desses princípios e prática, para fazer o movimento estudantil avançar no sentido da revolução.

O que explica a diferença entre a votação de maioria absoluta para RD e um terço para o CA? Um dos fatores foi o uso pelo PSTU do nome da chapa frentista “Unidade na Diversidade” para o Congresso de Estudantes, realizado dois meses antes, que certamente confundiu uma parcela de alunos, que votaram na chapa pensando que se tratava da mesma frente, integrada então pelo “Na Letra da Luta”. O PSTU não inscreveu programa no prazo fixado pelo regimento eleitoral aprovado por eles, agrupou pessoas sobre a base das relações pessoais, apresentou de última hora um programa culturalista (“a solução dos problemas está nas atividades culturais” era o slogan de um de seus cartazes espalhados pela faculdade) e por fim procurou ganhar votos sobre a base da confusão política, adotando o mesmo nome da chapa frentista de dois meses antes. A votação bem inferior obtida em sua chapa frentista com a Força Socialista, SR, DS e independentes para RD indica mais precisamente o apoio eleitoral a esse grupo. O PSTU, que dirigia o CA até 1999, foi rejeitado com uma votação de 12% no ano passado. Para evitar o vexame, teve de formar uma frente, usar o voto culturalista e de amizade e confundir os alunos com o nome da chapa.

O PCO, mais votado em 1999, com 34%, caiu para menos da metade. Isto com uma campanha apoiada em jornais coloridos, inúmeras faixas plásticas industrializadas, som na porta da faculdade e cerveja distribuída. Seu retrocesso mostra um julgamento dos alunos contra a sua prática destruidora do movimento, de calúnias, agressões físicas, destruição e boicote de assembleias etc. Um dos pontos centrais de sua campanha foi a defesa da majoritariedade nas eleições do Caell, em contradição com sua posição em 1999 e, ao mesmo tempo, no Congresso da Apeoesp, em que defenderam a proporcionalidade. Questionados em sala de aula sobre se assumiriam o Caell como chapa minoritária, responderam que isso se vê depois da votação. O oportunismo sem princípios tem sido castigado a cada votação na Letras.

A Articulação, que teve 29% nas eleições de 1999, nem conseguiu participar das eleições. Sua chapa (Livre Acesso), de 3 nomes, se retirou logo após a inscrição. Nem mesmo uma chapa formada à base de assinaturas foi possível. Mostra o desgaste de uma prática oportunista, que muda de discurso conforme as necessidades eleitorais, faz todo tipo de alianças e não está ligado aos problemas do dia-a-dia na sala de aula.

A vitória da Na Letra da Luta para RD da FFLCH na Letras mostra a confiança política da maioria absoluta no grupo para colocá-lo como representante dos estudantes contra a burocracia. A boa votação obtida também na História, onde praticamente não existiu campanha, mostra que é possível ampliar a organização ao redor do programa. É preciso tornar a atuação nos colegiados numa tribuna de denúncia da estrutura antidemocrática de poder na universidade e num impulso à mobilização.

Fortaleza: Organizar os estudantes contra o projeto de emenda do vereador Idalmir Feitosa (PSDB) que limita a meia-passagem! Em defesa da meia rumo ao passe livre para estudantes e desempregados!

Mal terminado o período eleitoral, o prefeito Juraci Magalhães (PMDB) e seus aliados pretendem aumentar a passagem no transporte coletivo de R\$ 0,90 para R\$ 1,10, sacrificando ainda mais a vida das massas que arcam com o peso de bancar uma das passagens mais caras do país. Isto em nome da manutenção da taxa de lucro dos empresários que tem caído nos últimos anos.

Agora, como se não bastasse a aplicação fiel do plano antinacional de FHC no município, destruindo conquistas, esmagando salários, privatizando etc., quer aplicar mais uma medida antiope-rária e antipopular contra a vida dos explorados e dos estudantes! Através do projeto de emenda à lei Orgânica Muni-

cipal, de autoria do Vereador Idalmir Feitosa (PSDB) pretende limitar a meia à apenas seu uso escolar. Com o pretexto de acabar com a corrupção nas entidades quer restringi-la apenas a estudantes de cursos reconhecidos pela Ettusa (ficariam excluídos: cursinhos, cursos de língua, pós-graduações entre outros) e sem uso nos fins de semana.

O que ocorre de fato é que a Prefeitura de Fortaleza e a maioria na Câmara, fiéis, serventes dos empresários de ônibus de Fortaleza, não tem outra saída a não ser atacar a fundo a vida dos trabalhadores e descarregar sobre os explorados a crise econômica do capitalismo.

É preciso responder com luta a estas medidas. Organizar os estudantes nas

ruas através de bloqueios de avenidas, ocupações etc. contra o projeto de emenda à lei orgânica e garantir o direito a meia ilimitada, rumo ao passe livre.

As direções do movimento estudantil secundarista e universitário têm culpa no cartório. Em anos de ataques à meia, permitiram à prefeitura impor o selo e GET sob controles da Ettusa que passaram a limitar a meia. O PCdoB (UJS) apoiou em 98 o cartão da Prefeitura. O PT/DS quer acabar com a corrupção dividindo em uma comissão com a burguesia o controle sobre a emissão das carteiras estudantis. O fim da corrupção nas entidades secundaristas só será possível com a construção de uma direção revolucionária para as mesmas.

Fora a PM da UECE!

A segurança patrimonial da UECE, composta de policiais militares reformados (aposentados), reprimiram dois estudantes no domingo 05/11, quando estes faziam painéis na Universidade contra o burocrata (Odanir) e a corrupção na CEV. A prática de fazer painéis, sempre combatida pelas ditaduras militares, faz parte do método de luta dos estudantes assim como passagens em sala, falações etc. Ocorre devido o cerceamento das liberdades democráticas dentro da própria universidade! Tal atitude repressora, da segurança patrimonial (que tem servido apenas para reprimir os estudantes que defendem a universidade pública) é comandada desde cima pela burocracia universitária, que não poupa meios para fazer calar os estudantes que não se curvam frente à seus ditames. Sequer a proteção formal do patrimônio universitário, (visto que a defesa real da universidade contra o sucateamento é feita pelos estudantes) necessária ao funcionamento da instituição e ao domínio da burocracia é garantido pela segurança patrimonial. São dezenas de assaltos, roubos e toda sorte de dilapidação da universidade. A presença de policiais militares demonstra inequivocamente que passa longe da Reitoria a idéia de uma segurança que, além de reprimir, saiba lidar com estudantes universitários em certos casos (mascarando de democrático o caráter repressivo da mesma). Pelo contrário preparou um corpo de segurança com a intenção de reprimir com truculência exemplar qualquer ato que contrarie os desígnios da burocracia da UECE.

A presença dos policiais deve ser rechaçada pelos estudantes e comunidade! Fora a PM da UECE!

Em defesa da universidade pública, abaixo Manasse, Odanir e a burocracia universitária! Poder à assembléia universitária (estudantes, professores e funcionários)

Por menor que seja a reivindicação, é preciso muita luta

Cerca de 1000 estudantes manifestaram-se em frente à Câmara de Vereadores de Fortaleza (CE). Responderam com luta ao projeto de emenda à lei orgânica municipal que limita a meia passagem ao uso estritamente escolar, proibindo aos alunos de cursinhos pré-vestibulares, cursos de língua, pós-graduação etc. o direito à meia.

A mobilização coube em grande parte aos secundaristas. Na UECE, os CAs não mobilizaram.

O problema é que as direções canalizaram a ação para limitadamente pressionar os vereadores a não votar, evitando qualquer medida radical contra o parlamento corrupto. Diante da bandeira do POR de ocupar o plenário, o PT e o PCdoB fizeram uma frente com os seguranças para bloquear a ação. Mesmo assim, no final o movimento, obrigou os vereadores a adiarem a votação do projeto.

Ficou evidente que foi uma manobra forçada dos partidos da burguesia para evitar que os estudantes radicalizassem contra a votação da medida anti-estudantil. Ocorre que os safados esperam o fim do ano letivo para, nas férias, aprovarem o projeto.

O POR e a Corrente Proletária na Educação defendem a volta imediata das mobilizações de rua para exigir a retirada do projeto. Denunciamos o projeto de lei da vereadora Luizianne Lins do PT de criar comissão com representantes do movimento e da burguesia para controlar a emissão das carteiras. Cabe ao movimento estudantil definir autonomamente quem e como controlar sua expedição. Combatamos a direção colaboracionista e covarde do reformismo e estalinismo.

Fortaleza-CE

Abaixo Odanir e a burocracia da CEV! Fim da taxa! Sistema educacional estatal único público e gratuito, fim do vestibular!

O Reitor Manassés (capacho do governo Tasso) aprovou uma resolução sobre a seleção dos fiscais do vestibular 2001. Nela rearticula ainda mais a máfia da CEV, “caixa preta” da UECE, dirigida por uma verdadeira quadrilha (Odanir Cruz e Cia.) que se instalou há mais de 16 anos. Diz:

1º Que a percentagem de vagas para os estudantes será reduzida de 40% (a exemplo do último vestibular) para apenas 25%; não havendo controle algum sobre o restante das vagas divididas entre professores, funcionários, indicações pessoais e até de escolas particulares!

2º O critério de seleção, baseado na renda, imposto pelos estudantes em mobilização no semestre passado, foi substituído pelo do rendimento acadêmico. O quer dizer que os alunos que trabalham e tiveram reprovação, trancamento etc. ficam excluídos e abre caminho para a predominância da prática das indicações usadas pela burocracia.

Os estudantes, no princípio do ano,

conseguiram impor uma comissão acadêmica para fiscalizar a seleção dos fiscais do vestibular. A existência de tal comissão, apesar da limitação de apenas desejar fiscalizar a CEV, sem questionar ou mesmo lutar pelo fim do excludente processo do vestibular, constituiu um golpe certo na burocracia universitária e fez vir à tona toda a decomposição, corrupção etc. da mesma.

A universidade tomada pela corrupção das camarilhas (CEV, IEPRO, NECAD) reflete a desintegração do estado burguês corrompido até o pescoço. O fim de toda a podridão capitalista (nepotismo etc.) será obra da revolução proletária que destruirá o estado burguês e criará o Estado operário da maioria oprimida contra a minoria opressora.

É preciso organizar a luta, reconstruir o fórum de defesa da UECE e impor nossas reivindicações com os métodos da ação direta (ocupações, etc.). Que o movimento estudantil supere a posição

das atuais direções do DCE - PT/PSTU e CA's de fiscalizar e avance para a luta pelo fim do vestibular que só será possível unido às bandeiras de fim da taxa do vestibular a estatização de todas as universidades privadas e a construção de mais universidades públicas, que no nordeste estão na proporção de uma para cada 1 milhão de habitantes!

Lutar pelo fim do vestibular significa defender que todos os jovens trabalhadores pobres e demais explorados tenham acesso ao mínimo da ciência, cultura etc.

Fim da taxa e do vestibular!

Abaixo Manasses, Odanir e a burocracia universitária! Em defesa da assembléia universitária. Governo tripartite (funcionários, alunos, professores).

Em defesa da universidade pública! Abaixo FHC e suas reformas educacionais!

Os reflexos do fracasso do oportunismo (LBI/POR-Gamboia)

O último Jornal da Fração Trotskista, outubro/novembro, traz a notícia sobre “Comitê de discussão pela reconstrução da IV Internacional”, cujo promotor é o POR-Gamboia da Argentina. Esse comitê nasceu do fracasso de um outro comitê formado pela LBI e POR-G, do qual participava a FT. A ruptura entre a LBI e POR-G demonstrou o acerto de nossas críticas a esses dois agrupamentos que fizeram do ataque sem princípio ao POR boliviano uma cruzada, reproduzindo a velha cantilena dos pablistas/espertuístas.

Mostramos que Gamboia procurou se aproximar de todos os meios da LBI, a ponto de ir além de tolerar seus ataques às Teses do Oriente, dos Quatro

Primeiros Congressos da Internacional Comunista, em que se define a tática da frente única antiimperialista para os países semicoloniais e a da frente única operária para os países imperialistas. Gamboia assinou documentos com a LBI em que faz a concessão de admitir que se pode utilizar a frente única antiimperialista como frente popular. Foi uma maneira de se colocar no mesmo quadro organizativo das chamadas Jornadas de Estudos Revolucionários com uma organização que há muito já havia caracterizado as Teses do Oriente de frentepopulista, portanto de colaboração com a burguesia e de sustentação histórica do estalinismo.

A luta do POR-Gamboia contra o

POR boliviano, sem dúvida, levaria esse agrupamento argentino, que rompeu programaticamente com o Comitê de Enlace, a se colocar do lado das correntes que atacam a tradição do POR de defesa e aplicação da frente única antiimperialista. O motivo do estilhaçamento da relação LBI e POR-G é explicado por Gamboia referente ao choque entre LBI e FT em torno das eleições do DCE da Universidade Federal do Maranhão. A LBI caracterizou a FT de frentepopulista (lembramos que a FT continuou reivindicando as Teses do Oriente, embora inconsequentemente estivesse unida a Gamboia e servisse de canal para seus ataques ao POR boliviano) e exigiu que a FT não participasse

das Jornadas. A lua de mel terminou em uma baixaria típica das seitas (ver nossos artigos).

Gamboa tratou de organizar um novo comitê com grupos que pouco têm a ver com o trotskismo. Procura por todos os meios fazer valer sua caracterização dos “estilhaços” do trotskismo que devem ser reagrupados, cabendo ao “revolucionário” Gamboa reuni-las atrás de si, sempre tendo por objetivo atacar o POR boliviano, como aparece nas páginas da *Vanguarda Proletária* (FT) a defesa do delator Juan Pablo Bacherer.

Chama a atenção a explicação de Gamboa de que se deve “buscar as raízes dessa conduta política da LBI no seu programa”. Afirma: “Pensamos que uma hipótese que ajuda a entender essa atitude política é sua recusa na defesa integral dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, documento básico do trotskismo”. Por acaso Gamboa defendeu publicamente nos documentos da Jornada os Quatro Primeiros Congressos da III Internacional? Contrapôs as Teses do Oriente às falsificações da LBI? Os novos membros do Comitê devem exigir que Gamboa responda essas perguntas por escrito. Isso se tiverem um pouquinho de seriedade.

Quem acompanhou toda trajetória de aproximação de Gamboa da LBI e sabe da discussão interna sobre as tenta-

tivas de Gamboa de fazer uma revisão sobre a frente única antiimperialista no interior de sua organização mal verá que o aventureiro faz mais uma virada oportunista. Em primeiro lugar, a LBI sequer tem um programa. Basta que se pergunte qual foi a base de aproximação da LBI e POR-G. Sobre que programa se aproximaram? Sobre que base crítica? Ninguém encontrará resposta. Agora, depois da explosão, supor que a conduta malevolente da LBI pode ter suas raízes na “recusa de defesa integral dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional” é uma forma de esconder a posição oportunista de vínculo internacional com a LBI, propagandeando aos quatro ventos em torno da tarefa de reconstruir a IV Internacional. Também é uma forma de Gamboa, agora, se arvorar defensor das Teses do Oriente. Deveria tê-las defendido firmemente contra a impostura da LBI e contra todos que a renegam (morenismo, filomorenistas/PTS, altimiristas etc.)

O novo comitê inaugura publicando um texto de um dirigente do POM (ex-militante do POR) de abertura da secção do jornal *Vanguarda Proletária* em que este responde aos ataques da LBI, que se apoiou na ruptura dele com nossa organização (POR-brasileiro) para atacar Gamboa e seu novo Comitê. Esse dirigente do POM aproveita para desferir golpes contra nós sem se referir às reais razões, que estão expressas em

um de nossos artigos quando este rompeu com o partido. Falsifica com a idéia de que foi excluído porque pediu direito a fração no II Congresso. Quer por todos os meios criar a falsa idéia de que o POR é dirigido por burocratas e quebrados. O dirigente da FT, que também foi do POR, Otávio Lisboa, sabe das verdadeiras razões e esteve de acordo com nossa posição contra o dirigente do POM, inclusive na época, criticou a direção por ser conivente (tolerante) com as atitudes anti-marxistas do dirigente do POM.

Sem dúvida, o dirigente do POM não viu razões para atacar o POR até o presente momento. Sua relação com Gamboa o obrigará a fazer parte da cruzada anti-trotskista. Já estamos aguardando novos ataques. Com certeza, não virá nenhuma exposição de divergência programática. Os agrupamentos que se formam em ruptura com o programa revolucionário tendem a se afastar das razões programáticas de sua ruptura e são obrigados a fazer ataques sem fundamento.

Como se pode ver, os movimentos de Gamboa se dirigem inevitavelmente a atacar as secções que compõem o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Procura reunir grupos anti-trotskistas que estão dispostos a entrarem na cruzada contra o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.



EUA

Fora o imperialismo sanguinário do Vietnan

A visita de Clinton ao Vietnan mostra a capitulação da burocracia restauradora desse país. Clinton foi recebido com grande festa e a imprensa tratou de lembrar de sua posição contra a guerra, para amenizar a submissão dos governantes vietnamitas, traidores da revolução antiimperialista e anticapitalista.

É preciso ter claro que Clinton representa a mesma burguesia intervencionista e patrocinadora da guerra do Vietnan. E que continua a agir no mundo todo financiando as forças con-

tra-revolucionárias no mundo todo, para esmagar os movimentos de libertação proletária.

Denunciamos a hipocrisia de Clinton e dos governantes vietnamitas quanto à localização dos mortos na guerra. Clinton disse que irá ajudar também os vietnamitas a localizar seus desaparecidos. O povo revolucionário vietnamita não precisa do imperialismo sanguinário para encontrar os combatentes que tombaram na trincheira antiimperialista.

Por detrás desse jogo diplomático,

estão os interesses do grande capital que pretende retomar o controle colonialista do Vietnan. O proletariado e os camponeses vietnamitas têm de se livrar dos governantes burocratas, restauracionistas e corruptos para restabelecer o curso revolucionário conquistado pelas armas.

A construção de um partido revolucionário, que levante a bandeira “Fora o imperialismo”, “Abaixo os burocratas traidores da revolução”, é a tarefa urgente das massas vietnamitas.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por Guillermo Lora, iniciados no *Massas* n.º 160

Manual do Organizador O que fazemos e o que devemos fazer agora (4ª parte)

O POR não é unicamente a sua política atual, sua febril atividade do dia ou sua organização do presente, é também seu passado, sua tradição, que é a história da formação de seu programa, de seus quadros mais importantes, das lutas ao redor de sua estruturação orgânica. Em grande medida, o POR é a história de suas lutas (de suas vitórias e fracassos) junto aos explorados bolivianos, porque é através desta história que contribuiu tão decisivamente a estruturar a classe operária boliviana.

Constituiria uma atividade suicida limitar-se a cantarolar nosso heróico e surpreendente passado (os que os fazem calam sobre os erros que cometemos, sobretudo por não terem a suficiente capacidade para superá-los na militância cotidiana). Isto significaria que o trotskismo se esgotasse como possibilidade de direção revolucionária. Se só véssemos o passado, seríamos um partido sem juventude, quer dizer, sem porvir, carente da chama revolucionária. Não. Valorizamos a herança de nosso passado e com muitos méritos está sintetizada em nosso programa. Retomamos esta herança para atualizá-la e projetá-la ao amanhã.

Temos dito que uma das funções que não podem ser substituídas no Partido consiste em que, movendo-se no seio da classe, assimila criticamente a experiência das massas e generaliza seus ensinamentos, convertendo-se em um elemento positivo que contribui para dinamizar a evolução da consciência das massas. Claro que não se limita a atuar como um transmissor passivo, mas que ele mesmo acumula a rica experiência da classe e nesta medida se enriquece como partido. Não devemos esquecer nem por um só instante que somos carne da carne do proletariado e que o sangue de nossa militância correu em torrentes mesclada com o sangue da classe.

Uma linha política justa e uma vigo-

rosa organização devem permitir-nos utilizar a herança do passado como palco que nos permita converter-nos em uma direção real para as massas hoje e amanhã.

Se observarmos o trabalho partidário realizado durante a negra noite do gorilismo, chegaremos à conclusão de que foi bom, o que não exclui que se cometessem numerosos erros, sobretudo em matéria organizativa. Já indicamos que todos os dias o Partido se encontra enfrentando dificuldades inéditas que são geradas na realidade que se movimenta e se renova a cada minuto. Os métodos de trabalho organizativos são a resposta que o Partido dá na busca da superação das dificuldades que se encontram na marcha.

Um Partido que vive, que evolui, que cresce, que penetra nas massas, nunca deixará de ter dificuldades organizativas e certamente cometerá muitos equívocos. O importante é ter suficiente valor para analisar estes erros e superá-los, e, ao mesmo tempo, que não sejam tão grandes que levem a abandonar a linha programática.

O mérito enorme de nosso trabalho partidário consiste em que consigamos implantar a atividade partidária no meio

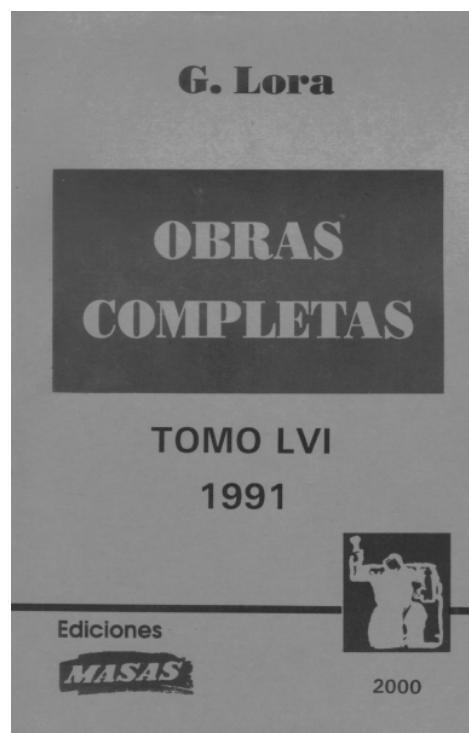
de amplos setores sociais, os mais perseguidos ao longo dos últimos anos. Os generais gorilas sabem perfeitamente quem somos e que constituímos seus piores inimigos. Devemos ter presente que o golpe contra-revolucionário de 1971 não foi outra coisa que uma medida preventiva para impedir a conquista do poder pelo proletariado dirigindo a nação oprimida, perspectiva que foi delineada e projetada pelo POR.

O gorilismo tem razões suficientes para lutar para nos arrancar do seio das massas. Toda a sua chamada política social e sindical está animada pelo interesse de excluir dos centros de trabalho os “ativistas do extremismo”. Os militantes poristas têm sido catalogados como os mais perigosos “extremistas”. Pese a sistemática e ininterrupta repressão desencadeada contra o partido, essa extirpação não conseguiu êxito; em nenhum momento tivemos de deixar de trabalhar no país e nos meios operários e estudantis. Este sacrifício e habilidoso ativismo nos permitiu seguir batalhando junto aos explorados contra o gorilismo e o imperialismo, e abriu a possibilidade de que possamos emergir da repressão como a direção política provada das massas.

**Adquira com o distribuidor
deste jornal:**

**Obras Completas de
G. Lora**

**Toda a trajetória do
trotskismo boliviano
em 56 voilumes de
cerca de 550 páginas
cada, que chegarão a
mais de 60 volumes no
total, expressando a
derrota ideológica da
burguesia, passo
inevitável no caminho
da revolução
proletária.**



Impasses na economia mundial

EUA: aproxima-se fim do ciclo de crescimento

Com a expectativa de um crescimento de 3,0% para 2001, (*Gazeta Mercantil*, 16/11/2000), o menor desde 1995, o desaquecimento americano demonstra que a crise de superprodução do capitalismo, verificada nas semicolônias (Sudeste Asiático, Rússia e parte da América Latina), começa a chegar ao centro da produção mundial. A economia americana conseguiu ostentar um crescimento, que em alguns trimestres chegou a 8,0%, e uma baixa taxa de desemprego - 4% - graças ao seu desempenho no mercado mundial. A abertura do mercado mexicano e canadense, através do Nafta, e da América Latina em geral, o protecionismo, o recuo Japonês e os impasses na Europa possibilitaram no quadro da guerra comercial interimperialista a exploração mais intensa do mercado dos países ditos "emergentes" e garantiram fôlego a mais ao imperialismo. Não é à toa que as exportações respondem por 30% do PIB americano.

Ameaça de recessão ronda economia americana

Segundo relatório semestral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado em 20/11, e analistas americanos, a alta do petróleo no mercado internacional (34 dólares o barril) obrigará a mais um aumento nas taxas de juros do FED (superior aos 6,5% atuais) para conter as pressões inflacionárias neste fim de ano. Economistas temem, após alguns bancos anunciarem a descoberta de empréstimos de risco e o aumento dos créditos sem pagamento, que o alto patamar dos juros possa conduzir direto a uma recessão. Acrescenta-se a isso o terremoto financeiro (com quedas expressivas na Bolsa de Nova Iorque e na bolsa eletrônica Nasdaq) e a reestruturação recente na chamada nova economia promovida pela quebra de empresas

e fim do crescimento artificial no setor de informática e internet. O receio em torno do desaquecimento e ameaça de recessão se justifica. A economia americana teve crescimento expressivo na última década e absorvia boa parte das importações mundiais, chegando algumas vezes a um quadro de desequilíbrio na balança comercial. Uma possível recessão provocaria uma desestabilização financeira de grandes proporções especialmente na América Latina, dependente em alto grau de investimentos externos. Com um fabuloso capital financeiro inaplicável à produção, o desmonte das economias semicoloniais é um dos últimos recursos do imperialismo para frear a tendência de queda nas taxas de lucros das grandes Corporações. A Alca vem nesse sentido e terá de ser implementada vença quem vencer as eleições americanas. Esse mecanismo, analisado tão magistralmente por Marx em *O Capital*, aponta para uma crise ainda maior no futuro.

Avança a crise argentina

Governo De la Rúa (UCR-Frepaso) fechou acordo com 13 das 14 províncias governadas pelo Partido Justicialista (PJ) de oposição para congelar os orçamentos em 5 anos, até 2005. Junto com o pacote econômico baixado semanas atrás, e que prevê o limite de pensões, fim do sistema estatal de aposentadoria -para os futuros trabalhadores que ingressarem no regime - eliminação de impostos dos capitalistas sobre juros e amplo programa de privatização para aumentar a arrecadação tributária, pretende, em suma, sacrificar ainda mais o país para manter os compromissos com o imperialismo. A Argentina reduziu as compras brasileiras no Mercosul em 24% e acumula um déficit comercial de US\$ 400 milhões no ano. A ajuda financeira do FMI de 10 bilhões de dólares abaterá parte da dívida das contas exter-

nas orçadas entre 20 e 30 bilhões de dólares. Mas, apesar do profundo ataque à vida das massas para assegurar a paridade artificial no câmbio, este tende a ser desmontado por pressão da desintegração econômica. Tendo em conta que grande parte da dívida, incluindo dívidas domésticas e pessoais, estão em dólar, a desvalorização do peso provocará uma bancarrota como nunca se viu na Argentina. A burguesia, os grandes banqueiros já se previnem fazendo estoques de dólares, enquanto a crise já vem sendo descarregada nos ombros dos operários e demais explorados.

O Brasil refém do parasitismo financeiro

Na conjuntura nacional, o aumento do petróleo, a crise argentina e os juros americanos podem comprometer ainda mais a tão alardeada retomada do crescimento. A balança comercial (diferença entre importações e exportações) fechou outubro com déficit de US\$ 262 milhões (no ano, acumula saldo negativo de US\$ 106 milhões). O déficit nas transações correntes (que reúne balança comercial, transferências unilaterais e serviços da dívida externa) atingiu US\$ 3,450 bilhões, sendo US\$ 2,477 bilhões só em juros da dívida (*O Estado de São Paulo*, 21/11/2000). As barreiras protecionistas impostas pelos países imperialistas e a destruição das forças produtivas internas promovida pelo plano pró-imperialista de FHC (PSDB) reverteu a capacidade exportadora até mesmo com o câmbio desvalorizado. A dependência de investimentos externos torna o país refém do capital multinacional e do parasitismo financeiro. Tudo aponta para o agravamento do desemprego, da fome e miséria. É preciso romper o bloqueio reformista (PT/PC do B) aos movimentos, construir o Partido Operário Revolucionário e organizar a luta pela derrubada do plano antinacional e antipopular.

Bolívia

Reunião do Comitê de Enlace

Foi importante porque analisou que a construção da IV Internacional (Partido Mundial da Revolução Socialista) adquire validade decisiva para a afirmação e desenvolvimento da revolução que pode ocorrer em nossos dias, por exemplo na Bolívia.

Não há dúvida que estamos falando dos partidos-programas e não dos oportunistas e reformistas.

O Comitê de Enlace concordou em intensificar o trabalho das seções nacionais, partindo da experiência alcançada e acumulada pelo POR boliviano (compreende ler e difundir as Obras completas que chegaram ao volume 56).

Trabalho realizado pelas seções Brasil e Argentina

O trabalho do último período realizado pelas seções do Brasil e da Argentina

registraram avanços consideráveis. Tendem a se afirmarem programaticamente e ingressarem novos militantes.

Nos países vizinhos, é perceptível que as tendências reformistas, os grupelhos renegados do trotskismo, os “esquerdistas” de todo tamanho e cor, vêm demonstrando que sua tarefa (e no momento a única) é a de atacar sistemática e obsessivamente o Partido Revolucionário boliviano, revelando que esperam que sua desapareição lhes permita trabalhar livremente no marco da política de colaboração com a burguesia.

A experiência ensina que essa campanha de denegrir e de má fé não faz outra coisa senão fortalecer o movimento revolucionário.

Há que assinalar que tanto o “Massas” 115 da Argentina como o “Massas” 202 do Brasil destinam muitas páginas para informar sobre os acontecimentos da convulsão social boliviana, como os

documentos aprovados e colocados em circulação pelo Partido Operário Revolucionário.

Assim se fortalece o movimento revolucionário boliviano (que está consciente de que sua força vem de seu apoio no internacionalismo proletário), se politiza e se coopera para formação dos militantes das diferentes seções.

Desta maneira concreta, o Comitê de Enlace marcha em busca da estruturação da IV Internacional, que tem no Partido Operário Revolucionário boliviano uma de suas maiores reservas de experiência e de teoria revolucionárias.

Pomos todo nosso empenho em generalizar o que se vem fazendo cotidianamente na Bolívia, tendo como marco a agudização da luta de classes que em nosso país é palpável.

(Extraído do Jornal Massas boliviano - n° 1738)

Argentina

Trabalhadores argentinos enfrentam o governo vendido

A greve geral na Argentina, convocada pela CGT e CTA, paralisou o país por 36 horas. Não foi um acontecimento isolado. As lutas de rua nas províncias (Estados) contra o desemprego, atraso salarial e a miséria têm sido uma constante. Os trabalhadores resistem a uma repressão infernal. E os governos não têm outra saída para a crise econômica, que vem há tempo desagregando a Argentina, a não ser aprofundar as medidas antinacionais e antipopulares.

O governo de Fernando de la Rúa, nem bem foi eleito, teve de enfrentar três greves gerais. Enfrenta uma crise política extraordinária. É um governo continuísta, que não tem outro plano econômico senão o praticado por Menem, porém em condições sociais muito mais adversas. Ao pisar o pé no Executivo, lançou medidas de defesa do capital imperialista, contra a economia e de ataque às massas.

Recessão, quebra de indústria/co-

mércio, perda de mercado externo, desemprego estrutural crescente, falência das províncias marcam a crise que se prolonga. Neste quadro, vêm à tona a desnacionalização gigantesca e a hipoteca do país aos capitalistas internacionais. Os dez anos de Menem (89/99) foram de entrega descarada. Privatizou-se quase tudo, com o argumento de que resolveria o endividamento e colocaria a Argentina no mercado mundial. Ao contrário, aumentou a hipoteca com os banqueiros e os ativos nacionais foram arrematados.

O novo presidente, em poucos meses, declara o país quebrado. Qual a resposta? O FMI dita as velhas medidas: privatizar a previdência, aumentar a idade de aposentadoria das mulheres, aumentar impostos, restringir gastos às províncias etc.

Já estava, com Menem, instalado um clima de revolta popular, que se acendeu com a prepotência do governo De

la Rúa/Frepaso. A burocracia da CGT (ala opositora) e da CTA não teve outra alternativa senão chamar a greve geral. Mas tudo foi feito para que a greve transformasse em domingo a quinta e sexta-feira, uma espécie de válvula de escape para as pressões de luta vindas das bases. Os bloqueios couberam à vanguarda, independente da burocracia.

Na Argentina, desenvolve-se uma situação convulsiva. A seção do Comitê de Enlace, o POR argentino, combate com as bandeiras que, de fato, se contra-põem ao imperialismo e à burguesia interna. Trabalha pela constituição da Frente Única Antiimperialista, dirigida pelo proletariado e por um programa classista. As reivindicações elementares são ponto de partida para o POR colocar a estratégia da ditadura do proletariado. Assim como no Brasil, a tarefa de estruturar o partido revolucionário no fogo da luta está colocada.